



Fernando Gameiro e António Cachopas (dir.)

Redes, bibliotecas e literacias Atas do 1º Seminário da Rede de Bibliotecas de Évora

Publicações do Cidehus

As Bibliotecas, o(s) seu(s) público(s) e o desafio do «não-público»

Uma reflexão a partir do pensamento de Francis Jeanson

Casimiro Amado

Editora: Publicações do Cidehus
Lugar de edição: Évora
Ano de edição: 2017
Online desde: 16 Março 2017
coleção: Biblioteca - Estudos & Colóquios
ISBN eletrónico: Biblioteca - Estudos & Colóquios



<http://books.openedition.org>

Reférence eletrónica

AMADO, Casimiro. *As Bibliotecas, o(s) seu(s) público(s) e o desafio do «não-público»: Uma reflexão a partir do pensamento de Francis Jeanson* In: *Redes, bibliotecas e literacias: Atas do 1º Seminário da Rede de Bibliotecas de Évora* [online]. Évora: Publicações do Cidehus, 2017 (generated 19 March 2017). Available on the Internet: <<http://books.openedition.org/cidehus/2547>>. ISBN: 9782821879546.

As Bibliotecas, o(s) seu(s) público(s) e o desafio do «não-público» . Uma reflexão a partir do pensamento de Francis Jeanson

Casimiro Amado*

Resumo:

Desde que Francis Jeanson a formulou - em finais dos anos 60 – que a noção de «não-público» tem desempenhado um papel importante na reflexão teórica sobre Política Cultural. Mas tem igualmente, em termos práticos, manifestado a sua pertinência na análise do funcionamento dos equipamentos e instituições culturais. Elemento importante do argumentário da «Declaração de Villeurbanne» - documento icónico do debate francês sobre política cultural produzido no contexto do Maio de 1968 - a noção de «não-público» conseguiu, no entanto, sobreviver à usura do tempo e de tal forma que tem até sido especialmente recuperada e utilizada como instrumento analítico e objecto de reflexão precisamente nesta quase década e meia que já levamos no século XXI.

Procurámos esclarecer este itinerário de quase 50 anos e, de modo particular, evidenciar a operacionalidade da noção de «não-público» no âmbito da análise do funcionamento das Bibliotecas e da reflexão sobre a sua Missão.

Palavras-chave: Declaração de Villeurbanne, «não-público», Francis Jeanson

Desde que Francis Jeanson a formulou - em finais dos anos 60 – que a noção de «não-público» tem desempenhado um papel importante não apenas no plano teórico das discussões sobre Política Cultural mas igualmente, em termos práticos, tem revelado a sua pertinência na análise do funcionamento dos equipamentos e instituições culturais. Na verdade, sendo a peça-chave do argumentário da «Declaração de Villeurbane» - documento icónico do debate francês sobre política cultural produzido no contexto do Maio de 1968 - a noção de «não-público» conseguiu sobreviver à usura do tempo e de tal forma sobreviveu que, precisamente nesta quase década e meia que já levamos no século XXI, tem continuado a ser utilizada como instrumento analítico e como objecto de reflexão.

1. As circunstâncias da sua génese devem ser tidas em conta: a noção de «não-público» surgiu da pena de Francis Jeanson quando ele foi encarregue de elaborar um documento-

* *Universidade de Évora e CEIS20- Universidade de Coimbra*, Professor Auxiliar (Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora)

síntese das conclusões de uma reunião ocorrida em finais de Maio de 1968 na cidade de Villeurbane, perto de Lyon, juntando 40 directores de Teatros Populares e Casas da Cultura. O objectivo dessa reunião era conseguir articular uma posição reivindicativa face ao Ministério da Cultura francês, numa altura em que o pioneiro Ministério estava quase a completar uma década de existência. Quando, 5 anos mais tarde, Jeanson publicou na sua obra seminal *L'action culturelle dans la cité* o texto da Declaração de Villeurbane teve o cuidado de, numa explicação prévia, lembrar que aquela reunião – que se arrastaria ao longo de 3 semanas – foi fecunda «*não porque todos os frutos tenham estado à altura das promessas das flores*» mas porque a partir de então, efectivamente, no sector da cultura as coisas não voltaram nunca mais a ser o que eram antes, pois «foram colocados problemas que sem dúvida ainda não receberam soluções satisfatórias mas que pelo menos não poderão nunca mais ser iludidos e cujos termos não páram de se precisar ou de se corrigir aos olhos de um número crescente dos nossos concidadãos» (JEANSON, 1973, 118). Ora, entendemos que a formulação da noção de «não-público» foi precisamente um desses novos adquiridos que resultou da reunião de Villeurbane, tanto que é sobre esta noção que o próprio Jeanson irá ancorar parte substancial do seu pensamento subsequente sobre o direito humano à cultura. Na verdade, esta noção pode ser considerada, em nosso entender, também o elemento mais importante do argumentário da referida «Declaração de Villeurbane».

O balanço da primeira década de existência do Ministério da Cultura em França é precisamente o tema de fundo da Declaração. Sendo certo que o projecto da democratização cultural fora definido como o objectivo fulcral da criação do Ministério da Cultura, em 1959, tendo este assumido como sua principal missão a tarefa de «tornar acessíveis ao maior número de pessoas as obras capitais da humanidade e, em primeiro lugar, as obras da França» (DONNAT, 2011, 19), temos agora os participantes da reunião de Villeurbane a lamentar que esse objectivo tenha ficado muito longe de ser concretizado e até mesmo que, na maior parte dos casos, tenham inclusive sido mesmo esquecidos, com pura indiferença, os «não-cultivados». Este lamento deve ser entendido num contexto em que a revolta estudantil e operária veio acordar os participantes para o fosso existente entre os «cultivados» e a massa imensa dos excluídos da cultura que, apesar de algumas manobras episódicas de *animação cultural*, acabavam por ficar excluídos da fruição e, claro, mais ainda, da criação cultural. Eis o diagnóstico dos autores da Declaração e, nele, a primeira utilização da fórmula «*público*» vs «*não-público*»:

«Il y a d'un côté le *public*, notre public, et peu importe qu'il soit, selon les cas, actuel ou potentiel (c'est-à-dire susceptible d'être actualisé au prix de quelques efforts supplémentaires sur le prix des places ou sur le volume du budget publicitaire); et il y a, de l'autre, un *non-public*: une immensité humaine composée de tous ceux qui n'ont encore aucun accès ni aucune chance d'accéder prochainement au phénomène culturel sous les formes qu'il persiste à revêtir dans la presque totalité des cas.» (JEANSON, 1973, 119-120)

A distinção não é, pois, apenas entre «público» e «não-público» mas existe além desta uma outra distinção operacional no seio do «público» separando, em terminologia aristotélica, o público «actual» do público «potencial». Este último não sendo efectivamente público poderá, no entanto, tornar-se público efectivo desde que haja lugar a alguns «esforços suplementares» como sejam, por exemplo, intervenções a nível dos preços (baixando-os), relativamente ao acesso aos eventos culturais ou a um reforço e melhoria ao nível da sua publicidade (aumentando-a). O *público potencial* não é, pois, ainda «público», mas poderá, facilmente, vir a sê-lo. Situação totalmente diferente é a do «não-público» o qual, por razões desde logo de ordem educativa, está estruturalmente arredado da fruição dos espaços e eventos culturais promovidos, por exemplo, pelos Teatros Populares e pelas Casas da Cultura criadas em França por iniciativa do Ministério da Cultura a partir de 1959.

Jeanson e seus pares põem, pois, em causa, aqui, a visão «ingénua» de Malraux, primeiro-ministro a deter a pasta da Cultura em França, para quem bastava colocar as obras na presença do público para se dar o «milagre mas é a própria noção de cultura que é por eles questionada e em seu lugar propõem uma outra e *autêntica* ideia de «acção cultural». Contrariando a concepção tradicional de cultura como um *conteúdo* pré-existente aos indivíduos, o qual se trata de transmitir e de receber, propõem que, de outra forma, se a conceba como algo que progressivamente se define de tal maneira que os indivíduos conheçam e reconheçam esse conteúdo. E que, inclusivamente, o «não-público» o perceba como válido, útil para os seus interesses, enfim, um instrumento de que tem necessidade para poderem sair do seu isolamento e adquirir consciência social e histórica e se libertar de todas as mistificações. A «acção cultural» assim concebida será, naturalmente, politizada, pois ela emancipará o «não-público» mas emancipará igualmente toda a humanidade no seu conjunto, algo que é impossível enquanto durar essa exclusão.

Pouco mais de um mês decorrido sobre a Declaração de Villeurbane, logo em Julho de 1968, foi Francis Jeanson convidado pela UNESCO para participar numa reunião de peritos sobre «os direitos culturais enquanto direitos do homem». Nesse encontro

apresentou o seu primeiro texto sobre o tema a título individual: «Sobre a noção de «não-público»¹. Logo na nota preliminar que antecede o corpo do texto ele recorda e explicita as circunstâncias em que originalmente surgiu o termo «não-público», circunstâncias essas que acabámos de referir. Acrescenta nesse esclarecimento que para melhor se perceber o que se passou em Villeurbane convém ter presente o tipo de sensibilidade e de experiência que era a dos participantes na reunião, maioritariamente homens de teatro («habitados a pensar em termos de espectáculos, isto é, a preocupar-se com o número e a qualidade dos espectadores»). Ora, tais participantes tornaram-se ali capazes de admitir que os seus esforços de anos para alargar o seu público, para aumentar a clientela dos seus espectáculos indo além de um círculo restrito ligado a uma certa categoria social de indivíduos fracassava sempre largamente e que nem a baixa de preços nem o reforço da publicidade ou nem mesmo o recurso a técnicas de *animação* que tornassem mais acessíveis os espectáculos tinham conseguido alguma vez que se fosse além do nível do *público potencial*, uma parca conquista, afinal, porquanto, em linguagem aristotélica, este é um público que se pode dizer «ainda não actualizado» mas que se encontra situado já nas mesmas condições objectivas de acesso à «cultura» que o público existente» (JEANSON, 1973, 136).

Na mesma nota preliminar, Jeanson enquadra o surgimento da noção de «não-público» e a sua adopção na Declaração de Villeurbane no contexto mais vasto dos acontecimentos do mês de Maio de 68 em França e afirma que se está perante uma mudança radical de objectivos: não se tratava doravante principalmente de alargar o público, de aumentar, por exemplo, o número de entradas nos teatros, considerado isso como um fim em si mesmo, mas agora, sem preocupações de «rentabilidade directa», procurar-se-á fornecer «aos excluídos da cultura tradicional os meios para se cultivarem a si mesmos, de acordo com as suas próprias necessidades e as suas verdadeiras exigências» (idem, 137). A «cultura» deixava de ser *um conteúdo* fixo ideal e único. Certamente, afirma Jeanson, talvez que um dia Shakespeare venha a ser acessível a todos. Mas, mais importante do que isso, o que deve ser considerado desejável é que todos sejam postos em condições de acederem *a si próprios* e de participarem na vida da colectividade nacional, com o mesmo direito da minoria de privilegiados que permanecem por enquanto como os únicos beneficiários da

¹ Publicado pela Unesco em 1970: UNESCO - *Les droits culturels ent tant que droits de l'homme*. Paris, 1970, pp. 99-103. Esta obra foi traduzida em português, com falhas graves na parte respeitante ao texto de F. Jeanson, e publicado pela Livraria Telos, em 1973, com o título *Os Direitos culturais como direitos do homem*. Jeanson incluirá mais tarde este mesmo texto na sua obra já referida, publicada pela Éditions du Seuil em 1973, *L'action culturelle dans la cité*. A má qualidade da tradução portuguesa obrigou-nos a optar por fazermos a nossa própria tradução do original sempre que referimos ou citamos o texto, com excepção do breve excerto, já incluído acima, que optámos por transcrever na língua original.

sua herança cultural. A preocupação dos que têm responsabilidades pelas instituições culturais deve, assim, então, deixar de ser o «público», em qualquer um dos seus subtipos, e passar a se concentrar de forma especial no «não-público».

É neste ponto que Jeanson empreende um exercício de análise *fina* da composição do universo dos excluídos da «cultura». Distingue 3 tipos de indivíduos, ou seja, 3 categorias distintas que se podem distinguir dentro da massa informe do «não-público»:

Em primeiro lugar, temos aqueles que por falta, em quantidade e/ou qualidade, de uma *instrução de base* minimamente suficiente, estão de facto actualmente privados «dos meios de aceder à «cultura», entendida como o conjunto dos horizontes intelectuais e artísticos de que dispõem (em tal ou tal domínio e em graus diversos) os membros de uma certa elite, a das pessoas «cultivadas»» (idem, 127). Esta exclusão educativa acaba, de facto, por ser também económica e política, com estes excluídos da «cultura» a serem também excluídos não apenas do bem estar material mas igualmente da capacidade de decisão e participação cívica e política.

Mas além desta categoria de «não-público», muito *objectivamente definida* com base na sua condição educativa, Jeanson discrimina outras duas categorias no interior do «não-público»: uma primeira, que considera característica das sociedades de «consumo», «compreende todos os indivíduos cuja condição social coloca em situação de cultura, mas que não tiram praticamente nenhum proveito desta vantagem, na medida em que se deixam mistificar pela comercialização (e pela difusão mais ou menos oficial) de uma pseudo-cultura que responde à sua própria escolha da facilidade» (idem, 138). A segunda categoria, essa, recentemente aparecida, é composta por jovens cuja formação intelectual predisporia para fazerem parte das camadas dirigentes mas que se inclinam cada vez mais para recusar a sua integração cultural num sistema social cujo absurdo denunciam. (idem, 138)²

Sob qualquer destas 3 formas, o não-público constitui segundo Jeanson o «verdadeiro desafio» da «acção cultural» autêntica, a que corresponde aos interesses de quem se entender - como ele se concebe a si próprio - «partidário de uma cultura viva e activa, de uma cultura que permita aos homens progredir *em conjunto*, para uma humanidade mais real» (idem, 138-139). A *acção cultural* de quem concebe a cultura dessa forma acaba por ser uma acção que, não sendo uma estrita acção política, *politiza*, ou melhor *civiliza*, na medida em que torna os homens e antes de mais os mais excluídos, cada vez mais capazes

² Esta categoria é exemplificada no filme de Jean-Luc Godard *La Chinoise* onde Francis Jeanson desempenha um papel no qual entabula um diálogo esclarecedor com uma estudante maoísta.

de assumirem as suas responsabilidades na cidade dos homens. Assim, a democracia formal, ou não-democracia, se poderá tornar numa democracia cada vez mais real.

Filósofo que é, Francis Jeanson, não deixa de esclarecer mais uma vez, e melhor, a noção de «cultura» que está em jogo nesta acção cultural junto do «não-público», uma acção que não é *sobre* ele mas *com* ele. A concepção da vida cultural que aqui está em jogo exige o que ele designa como «uma prática efectiva do mundo», característica de uma cultura *em processo*, por oposição a uma cultura inerte, cultura já acabada, completa, espécie de património sagrado que não se trataria senão de conservar e de transmitir. Mas Jeanson vai ainda mais longe e explica que esta concepção recusa mesmo — ou pelo menos ultrapassa muito largamente — o que seria a ideia simplista de uma partilha mais justa, mais igualitária, da herança cultural, na medida em que o não-público se caracteriza precisamente por uma indiferença mais ou menos marcada em relação a valores culturais que lhe não parecem de forma nenhuma dizer respeito aos seus verdadeiros problemas da existência. (*Idem*, 139).

Claro que Jeanson tem o cuidado de advertir para o facto de esta *outra* concepção de cultura não implicar a recusa e a negação absoluta do «passado cultural» do qual também ela continua a ser tributária. Dai o cuidado em explicitar o que pretendeu dizer quando afirmou que nesta noção de cultura está em causa o que pode ser designado como «uma prática efectiva do mundo». O fim perseguido é «fazer com que a cultura seja hoje para todos o que foi para um pequeno número de privilegiados, em cada uma das épocas da história nas quais conseguiu reinventar, em proveito dos vivos, a herança dos mortos: isto é, cada vez que pôde contribuir para uma maior eficácia em relação ao real bem como para uma melhor comunicação dos homens entre si.» (*idem*, 139-140).

Toda a autêntica acção cultural será, assim, uma obra de *mediação* que fornecerá ao «não-público» instrumentos de *contestação* e meios de *participação*, a ele cuja condição se define pela não-participação, pela não integração, enfim, pela sua exclusão da colectividade. Não julga Jeanson que seja tarefa fácil chegar ao «não-público», e desde logo porque não é possível dirigir-se ao «não-público» como uma massa, razão pela qual é preciso avançar passo a passo, ponto a ponto, de apoio em apoio. Em primeiro lugar é preciso assumir que se ignoram «os conteúdos e as modalidades do tipo de cultura de que ele tem realmente necessidade» (*idem*, 140). O fosso que se trata de ultrapassar é de tal natureza que o estabelecimento de relações com «os excluídos da cultura oficial, da cultura dominante» esbarra logo numa barreira que é a maior que se pode encontrar: as duas partes não falam a mesma linguagem. Poderia ainda pensar-se que a solução seria os

«cultivados» abandonarem ou pelo menos porem entre parênteses a «cultura» que eles próprios herdaram. Mas, sendo o problema um problema de ausência de uma linguagem comum, a dificuldade a enfrentar é bem maior e é outra. Esta complexa equação é assim explanada por Francis Jeanson: «Se os não-cultivados não falam a mesma linguagem que nós, isso não decorre apenas do facto de o seu equipamento intelectual ter sido menos desenvolvido que o nosso: é também porque a sua experiência do mundo é *diferente da nossa*, e porque uma *certa cultura daí deriva*, à qual nós não temos directamente acesso.» Se bem que o fosso seja dificilmente transponível e que sem transformações profundas nas estruturas económicas inclusive a nível mundial, todos os esforços só podem ter sucesso muito limitado, nem por isso, sob pena de se condenarem a si próprios a viver num mundo sub-humano³, os «privilegiados culturais» deverão assumir «o máximo de iniciativas» e, através de tentativas e erros (inevitáveis dada a falta de *linguagem* comum), chegarem a conseguir progressos através do diálogo e duma *mediação social* que não visa tanto alcandorar o «não-público» a patamares superiores quanto a concretização de uma «alfabetização cívica recíproca» em cujo sucesso, insiste Jeanson, ao concluir, afinal, os seus «promotores» não têm menos interesse que os seus «destinatários».

Vemos pois que a «acção cultural» que Francis Jeanson idealiza não se destina propriamente a «salvar» o «não-público» da sua exclusão social e «cultural» e a convertê-lo em público actual dos equipamentos e actividades «culturais». Desde logo porque não existe apenas exclusão e existe antes diversidade e alteridade cultural. Fazer a ponte entre universos culturais tão distintos que não conseguem «falar-se», por ausência de linguagem comum, é um exercício de «mediação social» mas também, para Jeanson, um empreendimento de complexa «alfabetização cívica recíproca».

No desenrolar desta mesma iniciativa promovida pela UNESCO onde apresentou o seu texto explicitando como a noção de «não-público» implica e exige outra concepção de «cultura» que não a tradicional e uma outra muito particular noção de «acção cultural», no decurso do debate que se travou entre os peritos convidados a participar, Jeanson acenou com a ideia de «mediação cultural» como sendo aquilo que falta mais do que tudo para que os produtores de conteúdos – exemplifica referindo-se às cadeias de televisão – não sejam nem mal-sucedidos por falta de público nem falsamente «bem-sucedidos» através da domesticação do seu público, fabricando-o à medida de referências

³ «Este mundo não será efectivamente o nosso a não ser na medida em que se tornar cada vez mais realmente o mundo de todos, isto é onde todos os homens em conjunto se tornarem capazes de produzir os valores susceptíveis de serem reconhecidos por cada um deles.» (JEANSON, 1973, 141)

supostamente universais, mas que só o são aparentemente. As cadeias emissoras *refazem, fabricam* os seus espectadores, quando afinal deveriam também ser capazes de *receber* deles *inputs* para a sua programação. (JEANSON, 2009, 80-83)

A perspectiva que Jeanson advoga sobre a forma ideal de trabalhar com o «não-público» explicita-a ele nesse debate num breve parágrafo: «É absolutamente preciso que consigamos entrar neste não-público e que o conheçamos, que compreendamos quais são efectivamente os seus problemas, que nos ponhamos ao seu serviço. A acção cultural consiste em *colocarmo-nos ao serviço deste não-público para o ajudar a colocar os problemas que são os seus, e não a colocar os problemas que são os nossos*».(JEANSON, 2009, 81)

2. Ao longo de quase 50 anos entretanto decorridos desde 1968, a noção de «não-público» conseguiu sobreviver à usura do tempo e de tal forma que tem até sido especialmente recuperada e utilizada já pelo século XXI adentro⁴. Não nos parece, portanto, descabido - antes pelo contrário - reclamar que no presente seja ainda dada atenção à noção de «não-público», apesar do quase meio século que passou sobre a sua criação. Ela permanece, de facto, uma ferramenta teórica e prática perfeitamente operacional no âmbito da análise do funcionamento das Bibliotecas e da reflexão hodierna sobre a sua Missão, e em geral do funcionamento das instituições «culturais». Esta é uma ferramenta que pode, no entanto, ser usada de formas muito diversas e, inclusive, hoje corre-se grande risco de ela ser usada num sentido bem diferente daquele que lhe foi dado pelo seu criador. Existe até, pensamos, hoje tanto ou mais esse risco quanto o de se simplesmente se ignorar a sua relevância. Ora, mesmo que seja legítimo pensar o «não-público» à revelia ou até contra o pensamento originário em que surgiu, convém que seja claro que se está a fazê-lo. Certamente que a tendência mais provável será para que a abordagem que se fizer hoje da problemática do «não-público» seja menos inscrita - como o foi originalmente - numa «ideologia da democratização cultural»⁵ e muito mais provavelmente seja enquadrada na

⁴ Exemplos desta continuidade e de como a noção de «não-público» continua a ser importante na discussão teórica e prática sobre a(s) política(s) cultura(l)is encontramos-os designadamente no número da revista *Loisir et Société /Society and Leisure*, de 2009 precisamente intitulado «À la recherche du «Non-Public»/Looking for Non-Publics», ou na obra dirigida por ANCEL, Pascale e PESSIN, Alain *Les non-publics. Les arts en réception*, Paris, L'Harmattan, publicada em 2004 (2 vols). Também Jeanson viu republicados os seus textos fundamentais sobre o tema já neste século, em JEANSON, Francis - *Cultures & «non-public»*. Ed. Le bord de l'eau, 2009.

⁵ Para usarmos a terminologia proposta por Victor Flusser, autor de dois textos onde faz a recepção mais remota que identificámos do pensamento de Francis Jeanson em língua portuguesa: FLUSSER, Victor e - *Uma biblioteca verdadeiramente pública*. R. ESC. BIBLIOTECONOMIA UFMG, Belo Horizonte, (2) Set. 1980, p. 131-8.; e - *A biblioteca como um instrumento de acção cultural*. R. ESC. BIBLIOTECONOMIA UFMG, Belo Horizonte, 12(2):145-169, set. 1983.

tendência dominante da era em que nos encontramos e que Stefan Hopmann⁶ designa como era da «accountability».

Esta característica do nosso tempo não é exclusiva de um campo específico, pois a mercantilização dos «serviços sociais» manifesta-se de forma igualmente forte no domínio da educação como no da saúde, no da segurança ou no da justiça, ou seja mesmo em âmbitos que tradicionalmente eram competências exclusivas do Estado e que vão sendo entregues aos «mercados». No essencial, a afirmação crescente da lógica de mercantilização que marca o mundo contemporâneo, inclusive no domínio da cultura, conforme a descreveu Immanuel Walerstein⁷, abrange agora não apenas todos os recursos naturais mas também as relações humanas, o trabalho, e o conhecimento, forçando à divisão do trabalho entre as nações e transformando os indivíduos em ferramentas ao serviço da economia globalizada. O facto de organizações internacionais (como a ONU, o Banco Mundial, OCDE) terem entretanto ganho uma importância cada vez maior, acima das políticas, das instituições e das histórias nacionais, vem servindo esse mesmo objectivo.

A auditoria, a contabilização, a medição e a avaliação da «eficiência», da «qualidade» e dos «resultados» tornam-se nestas circunstâncias um objectivo fulcral das políticas sociais em geral e é naturalmente isso que acabará por determinar também a avaliação do desempenho de uma biblioteca. O público que a frequenta ou aquele que utiliza o seu serviço de empréstimo é devidamente contabilizado, através de sistemas automáticos ou de forma manual, e os dados são inseridos em relatórios de actividade que tendem a ser lidos e produzidos como relatórios de eficiência pessoal e institucional. Daqui se passa com facilidade à elaboração de cálculos de custos *per capita*, e, com grande probabilidade, daí decorrerá a tomada de decisões sobre a pertinência do funcionamento ou a política de investimento ou desinvestimento na colecção através da aquisição ou não de novos títulos. Público e «não-público» tornam-se assim meros dados a contabilizar na óptica de mercantilização dos bens e serviços culturais. Estes, aliás, tornaram-se parte de «indústrias culturais» cujo valor na economia das nações e dos grupos de nações é devidamente analisado e pesado. O impacte que a leitura e o livro têm é, então, nestas circunstâncias, essencialmente apreciado em termos económicos.

Outra perspectiva era, como vimos, a de Francis Jeanson. Tratava-se para ele de pensar a

⁶ HOPMANN, Stefan T., - *Epilogue: No Child, No School, No State Left Behind: Comparative Research in the Age of Accountability*. In HOPMANN, S. T., BRINEK, G., RETZL, M. (Hg./Eds.) - *PISA zufolge PISA – PISA According to PISA, Hält PISA, was es verspricht? – Does PISA Keep What It promises?*, Wien: LIT VERLAG, 2007, pp. 363-415.

⁷ WALLERSTEIN, Immanuel - *O capitalismo histórico / A civilização capitalista*. Lisboa: Ed. Estratégias Criativas, 1999.

persistência de um imenso não-público arredado dos consumos culturais, mas a sua ausência era medida não em função da perda de receita ou pela medida da produtividade ou improdutividade do gasto dos dinheiros públicos. Pelo contrário, como vimos, para Jeanson, o problema do «não-público» não era encarado sobretudo em termos de consumo mas tanto ou mais que isso era percepcionado em termos de possibilidade de produção e criação cultural, visto que para Jeanson os indivíduos humanos, todos eles, deverão ser concebidos como seres efectivamente capazes de criação de cultura e não apenas como beneficiários que fruem, ou não, a cultura produzida por outrem.

Assim sendo, mesmo que a *média* de frequência de uma biblioteca for mais alta do que a de uma outra com a qual se compare - porque o desenvolvimento humano não deve ser contabilizado como uma média - o sucesso efectivo deverá ser considerado superior naquela biblioteca em que menos indivíduos, em números absolutos, ficarem «fora do Mundo», ou dito de outra forma, fora da biblioteca.

Referências bibliográficas

DONNAT, Olivier (2011) - Democratização da Cultura: fim e continuação? São Paulo. nº12, p. 19-34.

FLUSSER, Victor (1980) - A biblioteca como um instrumento de ação cultural. Belo Horizonte, (2) Set., p. 131-8.

JEANSON, Francis (1973) - *L'action culturelle dans la cité*. Paris: Éditions du Seuil.

JEANSON, Francis (2009) - *Cultures & «non-public»*. Le bord de l'eau.

WALLERSTEIN, Immanuel (2009) - *O capitalismo histórico / A civilização capitalista*. Lisboa: Estratégias Criativas.